

A NORMALIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA NO CAPITAL: O VICEJAR DA POTENCIALIDADE À LUZ DA TEORIA ADLERIANA¹

Roberta de Castro Moreira²

Anna Costa Pinto Ribeiro³

RESUMO

A busca pela qualidade de vida e pela inclusão social do indivíduo com deficiência física demanda uma normalização do que está fora da norma ditada pelas expectativas da sociedade. Nesse aspecto, o presente artigo tem como objetivo analisar o conceito de deficiência como produto da cultura capitalista e os possíveis impactos nocivos na subjetividade do indivíduo, considerando a necessidade de uma inclusão para além da acessibilidade física. Para a realização do presente trabalho, foram utilizados o método de natureza descritiva e a abordagem qualitativa, com enfoque em autores como Alfred Adler e Michel Foucault. O respaldo filosófico e antropológico, por sua vez, foi buscado nas obras de Andrew Solomon, Débora Diniz, Otto Marques da Silva e Maura Corcini Lopes. O estudo busca fomentar a necessidade de se pensar a inclusão em sua forma singular e total, admitindo a deficiência não como a superação de algo indesejável, mas como símbolo de resistência e presença de uma característica que contribui para a própria existência do sujeito, sem que este seja considerado menos capaz para tal. Para tanto, é preciso compreender como a regência do capitalismo exerce uma distorção dos valores de julgamento sobre as pessoas com deficiência e como a política da normalização incide sobre o sujeito que não se inclui no padrão, contribuindo para o sentimento de inferioridade e impedindo a busca pelo self criativo e pela potência do sujeito.

Palavras-chave: Deficiência. Acessibilidade. Normalização. Psicologia individual.

THE NORMALIZATION OF DISABILITY IN CAPITAL: THE THRIVE OF POTENTIALITY UNDER THE LIGHT OF ADLERIAN THEORY

ABSTRACT

The search for quality of life and inclusion comes from the individual with physical disabilities, demand to a normalization from what is outside the norm before society's expectations. In this aspect, this article aims to analyze the concept of disability as a product of the capitalist culture and the possible harmful impacts on the subjectivity of the individual, which allows understanding the need for inclusion beyond accessibility.

¹ Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA), na Linha de Pesquisa Psicologia e Relações Sociais, Comunitárias e Políticas. Recebido em: 03/06/2022 e aprovado, após reformulações, em 21/06/2022.

² Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: rocastromoreira@gmail.com

³ Doutora em História e Filosofia da Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e docente do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: annaribeiro@uniacademia.edu.br

This article will use a descriptive method with a qualitative approach, focusing on the words of authors such as Alfred Adler Michel Foucault, who had philosophical and anthropological support from Andrew Solomon, Débora Diniz, Otto Marques da Silva and Maura Corcini Lopes. This study aims to promote the need to think about inclusion singularly and, admitting disability as a resistance symbol, not only as overcoming something undesirable, but as the presence of a feature that contributes to the very existence of those who have this characteristic, without being labeled as a less capable person. Therefore, it is necessary to understand how the regency of capitalism can distort values judgment values on people with disabilities and how the policy of normalization affects the subject who is not included in the standard, contributing to the feeling of inferiority, preventing the search for the creative self of its own potency as a subject.

Keywords: Deficiency. Accessibility. Normalization. Individual psychology.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo está disposto a evidenciar a necessidade de uma inclusão para além da acessibilidade⁴ física, ponderando sobre o conceito de deficiência como produto da cultura capitalista e seus possíveis impactos nocivos na subjetividade do indivíduo. Nas culturas mais antigas da humanidade, como a egípcia, a romana e, até mesmo, a medieval, a deficiência era considerada uma característica relacionada à anormalidade e à invalidez. Tal noção encontrava justificativa na religião, especialmente na premissa mística da ira e na crença em milagres divinos (SILVA, 1987).

Com o desenvolvimento do capitalismo, o indivíduo passou a ser enxergado como fonte de produção em massa. Sob este viés, as pessoas com deficiência, consideradas fora da normalidade determinada pelas expectativas da sociedade, necessitaram se encaixar em um padrão, ditado pelos meios da normalização dos corpos, com os objetivos de obtenção de qualidade de vida e inserção social. Dessa forma, é possível analisar quais os impactos gerados, na vida das pessoas com deficiência, pela política de normalização, assim como as possíveis influências provocadas por esse modelo na subjetividade dos sujeitos.

⁴ A acessibilidade é um conceito amplo e se estende em diversas dimensões. São delimitados seis aspectos da acessibilidade que o professor Romeu Sasaki apresenta em seus estudos como acessibilidade atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática. (GRIBOSKI et al.; 2013)

Em primeiro lugar, é necessário compreender que a cultura desempenha um papel direto (e, muitas vezes, opressor) na vida desses indivíduos, visto que o corpo é considerado instrumento e produto na sociedade capitalista. Foucault (2008a), através de uma abordagem qualitativa, descreve a Biopolítica como um regimento que se efetiva por meio de tecnologias de poder, fixadas no controle sobre a vida das pessoas desde o nascimento e presentes no cotidiano dos indivíduos.

O filósofo compreende que a tecnologia disciplinar precede de uma norma e, por meio da relação de regularidade produzida por ela, torna-se possível diferir o normal do anormal, de uma forma universal. Nas sociedades disciplinares, é possível encontrar uma definição de normal em diferentes curvas da normalidade, sendo esta definida a priori. Ou seja, em decorrência da normalização, é definido o que está, ou não, fora da compreensão do normal (FOUCAULT, 2008b).

Hall, Lindzey e Cambell (2007) sustentam que Alfred Adler expôs, pela primeira vez, em sua monografia de 1907, a ideia de que formações atípicas no organismo afetam, de maneiras diferentes, cada indivíduo. Tendo como principal foco de interesse os estudos voltados aos processos fisiológicos, o autor percebeu que indivíduos que apresentavam algum tipo de vulnerabilidade orgânica grave buscavam, com frequência, compensá-las e, deste modo, o órgão tornava-se vigorosamente desenvolvido, por meio de treinos e exercícios, transformando-se instrumento de força e habilidade para o indivíduo.

Para o desenvolvimento do presente trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a partir de livros e artigos. Além do mais, foi utilizada a natureza exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa. As bases teóricas são a Psicologia Individual de Alfred Adler e as contribuições filosóficas de Michel Foucault. As bases de dados utilizadas são compostas por obras psicanalíticas, pelos estudos de Andrew Solomon e, do ponto de vista antropológico, pelas contribuições de Débora Diniz, Otto Marques da Silva e Maura Corcini Lopes.

O objetivo do artigo é refletir sobre o conceito da deficiência como produto da cultura capitalista, utilizando como respaldo as definições da deficiência através dos séculos. Também serão abordados os avanços dos direitos e a conquista da seguridade do direito sobre a vida, através da biopolítica, assim como a necessidade de compensação e resistência do indivíduo com deficiência diante do sistema

capitalista e a influência da normalização dos corpos, atentando para seus possíveis impactos nocivos na subjetividade do indivíduo.

Em um primeiro momento, é resgatado o conceito de deficiência, bem como sua definição ao longo da história da humanidade. Em um segundo momento, é retratada a seguridade da vida, com base nas obras de Michael Foucault, especialmente aquelas relacionadas à biopolítica. Finalmente, são discutidos o conceito de normalização e a influência capitalista sobre a deficiência, bem como os impactos deste modelo de produção no indivíduo com deficiência, segundo a visão da Psicologia Individual de Alfred Adler.

2 A DEFICIÊNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA

Este capítulo aborda a compreensão da deficiência em diferentes contextos histórico-culturais, desde os tempos mais remotos, como a era paleolítica, até a contemporaneidade. Através dos registros históricos, podemos perceber que, ao longo da história, a pessoa com deficiência recebeu diferentes conotações a respeito de sua existência. Em algumas culturas antigas, como a egípcia, a romana, a grega e mesmo a medieval, atravessada culturalmente pelo cristianismo, a deficiência era considerada característica de anormalidade e invalidez. Tal classificação era justificada pela premissa mística da ira e pela crença em milagres divinos (SILVA, 1987).

Gugel (2015) analisa, em seus estudos, que não há registros que indiquem o tratamento despendido à pessoa com deficiência ao longo da fase mais primitiva da humanidade. Porém, afirma que é possível que, nessa época, pessoas com deficiência não sobrevivessem à hostilidade do ambiente, levando em conta as transições climáticas intensas e a falta de abrigos adequados. Nesse período, a principal fonte de sobrevivência era a caça e não existia o hábito do cultivo de plantações. Com o passar dos tempos e o desenvolvimento da inteligência do homem primitivo, foram surgindo as primeiras tribos e, conseqüentemente, a preocupação com o bem-estar de seus integrantes.

De acordo com Silva (1987), o Egito foi considerado, durante um longo período, a terra dos cegos. Os registros, que datam de aproximadamente 4.000 a.C., remetem

às contribuições da medicina local para a conservação dos corpos e para os tratamentos de lesões e realização de cirurgias. Além disso, apesar de ser um povo conhecido por seus hábitos saudáveis, o exame patológico de algumas múmias apontou para doenças graves que atingiam os egípcios, como as infecções oculares, que podiam levar à cegueira.

É possível constatar, através de evidências arqueológicas, que, no Egito Antigo, há mais de cinco mil anos, a pessoa com deficiência ocupava diferentes posições na hierarquia social. Ademais, na sociedade egípcia, a deficiência não era vista com julgamento ou condenação. Ao contrário, segundo os estudos de Gugel (2015), às pessoas com deficiência eram endereçados atos de caridade e demonstrações de afetos, além da oferta de condições de trabalho.

Na Grécia Antiga, por sua vez, os tratamentos direcionados às pessoas com deficiência eram pautados no abandono ou sacrifício. Dicher e Trevisan (2015) discorrem, em sua pesquisa relacionada a trajetória histórica da deficiência, que, em Esparta, era vigente a lei que obrigava a realização de exames pelas autoridades anciãs em seus recém-nascidos, como forma de tomar conhecimento e controlar a natalidade local. Após a constatação de que a criança correspondia aos padrões esperados para crescer bela e forte, a família encarregava-se de sua criação até os sete anos de idade, período após o qual as crianças do sexo masculino eram entregues aos cuidados do Estado, responsável pela formação dos futuros soldados de guerra. Contudo, se a criança fosse julgada fora das expectativas físicas, os próprios anciões deveriam realizar o sacrifício, que consistia em atirar as crianças do alto do *Apothetai* (nome que pode ser traduzido como depósitos), um abismo de mais de 2.400 metros de altura. No ano de 400 a.C., essa prática era legitimada pelo bem da conservação da república, onde quase todos os cidadãos tornavam-se militares (SILVA, 1987).

Em Atenas, uma das cidades-Estados mais antigas do mundo, com território continuamente habitado há 3.400 anos, havia uma fórmula objetiva para assistência aos deficientes, como um direito obtido por prestar serviços à pátria. Na época de Hipócrates (entre 460 e 377a.C.), os estudos sobre a medicina auxiliaram na criação de efetivas medidas preventivas de defeitos físicos em crianças (SILVA, 1987).

Por seu turno, na Roma Antiga, as leis não eram favoráveis à vida das crianças que nasciam com deficiências. Aquelas que eram consideradas anormais, ou nascidas com alguma formação atípica, eram consideradas monstruosas, podendo ser abandonadas em cestinhos às margens do rio Tibre. Há, também, registros que sugerem que essas crianças eram resgatadas e criadas por outras pessoas, com a finalidade de servirem de entretenimento em eventos ou serem exploradas para a obtenção esmolas, o que era considerado um negócio na época. Em outros casos, pessoas cegas, surdas e deficientes mentais e físicos podiam ser integradas ao serviço de casas noturnas e tavernas, para executarem trabalhos que variavam de simples a humilhantes, costume que foi adotado durante muitos séculos (DICHER; TREVISAM, 2015).

Já nos primeiros séculos da solidificação do Cristianismo, ainda no Império Romano, foi possível introduzir um novo olhar sobre a humanidade em geral, ressaltando a importância da vida como um benefício dado por Deus, o que deu início ao amparo a todos os grupos de pessoas segregadas e menosprezadas pela sociedade, dentre as quais estavam incluídas as pessoas com deficiência, os pecadores, os possuídos por maus espíritos e outros que, segundo as tradições antigas e leis ainda vigentes, deveriam ser eliminados (DICHER; TREVISAM, 2015). Graças à influência do cristianismo e aos ideais de compaixão e respeito para com o próximo, foram iniciados regimentos e hospitais em algumas localidades, com a finalidade de abrigar pessoas enfermas, doentes crônicos, viajantes e pessoas com deficiência. Com a nova doutrina, voltada para o amor e a caridade, foram combatidas as práticas de extermínio das crianças nascidas com formações atípicas e deficiências (SILVA, 1987).

Entretanto, entre os séculos V e XV, no período da Idade Média, apesar da ascensão do cristianismo, foram descobertos registros alarmantes sobre a concepção de deficiência e o tratamento destinado a ela. Silva (1987) analisa que as pessoas com deficiência eram mantidas em locais de cuidados, sob a vigilância e influência dos senhores feudais, até o período em que a mão de obra começou a ser assalariada. Porém, nos registros históricos, ainda se encontravam presentes concepções místicas e misteriosas vinculadas à deficiência. É importante ressaltar a precariedade das

condições higiênicas e sanitárias da época, que contribuiu para a baixa manutenção da saúde.

Durante o período medieval, a população conviveu com epidemias e doenças graves. Era comum considerar as incapacidades, formações atípicas congênitas e deficiências físicas e mentais como castigo divino, de maneira que o comportamento discriminatório era propagado pela própria Igreja Católica, enfraquecendo os valores de amor ao próximo para com os diferentes e reforçando as perseguições e a segregação, principalmente a partir do século XII, quando se iniciou o período da Inquisição (SILVA, 1987).

Dicher e Trevisam (2015) concluem que, no findar do século XV, as pessoas com deficiência encontravam-se na mesma condição de marginalidade e miséria em que se encontrava a população de classe mais baixa. Ainda que existissem medidas de caridade, voltadas para essa população, o grande cenário era caracterizado pela segregação dos grupos mais pobres, que incluíam enfermos, deficientes e pessoas em situação de rua.

Silva (1987) avança em seus estudos até o período da Renascença, em que constata que o Renascentismo trouxe consigo o avanço da ciência, esclarecendo, de forma filosófica e humanista, a adoção dos direitos universais da humanidade. Entre os séculos XV e XVII, a Europa cristã sofreu uma mudança sociocultural, em que foram questionados valores antigos acerca do reconhecimento do direito das pessoas que carregavam algum marcador social, fossem elas de classes menos favorecidas, enfermos ou pessoas com deficiência. Houve, portanto, a libertação das crenças dogmáticas em favor dos conhecimentos da ciência. Seguindo essa premissa, as deficiências começaram a ser alvo de um olhar próprio. Com a entrada do século XVI, foi realizada a implementação de assistência a deficientes auditivos, que, até então, eram considerados ignorantes e rebeldes.

No século XIX, o modo de produção industrial ganhou força, inaugurando uma nova fase da concepção de deficiência, uma vez que a sociedade passou a admitir a responsabilidade dos cuidados em relação a todas as pessoas desse grupo social. Com isso, foi constatada a necessidade de uma atenção especializada, para além da criação de abrigos ou fornecimento de cuidados paliativos (SILVA, 1987).

A partir da segunda metade do século XIX, houve grande reconhecimento da potencialidade da pessoa com deficiência, que passou a ser inserida nas práticas trabalhistas. Esse movimento teve início com as considerações de Napoleão Bonaparte, que determinou que seus generais e soldados mutilados e feridos fossem considerados pessoas potencialmente úteis à sociedade (SILVA, 1987).

No Brasil, durante o século XIX, seguindo o exemplo dos países latino-americanos, foram criadas duas escolas para pessoas com deficiência: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Não obstante, até o século XX, havia pouco respaldo do Estado orientado a esse público, o que levou a sociedade civil a promover as próprias iniciativas voltadas aos direitos das pessoas com deficiência, tais como: as Sociedades Pestalozzi e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, destinada à assistência de pessoas com deficiência intelectual e propiciadora de atendimento educacional, psicológico, médico e de apoio à família. Da mesma forma, foram criados os centros de reabilitação, como a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR) e a Associação de Assistência à Criança Defeituosa – (AACD), voltados para as vítimas da epidemia de poliomielite (LANNA JÚNIOR, 2010).

Gugel (2015) acrescenta que o início do século XX trouxe avanços que influenciaram diretamente as pessoas com deficiência, principalmente através da assessoria técnica ou de ferramentas tecnológicas, como, por exemplo, as cadeiras de rodas, as bengalas e o sistema de ensino para pessoas surdas e cegas, os quais foram se aperfeiçoando ao longo dos anos. Entre 1902 e 1912, cresceram, na Europa, movimentos e instituições direcionadas ao preparo da pessoa com deficiência. Nesse período, já começavam a surgir preocupações em relação à integração da pessoa com deficiência na vida em sociedade.

Com o início da Primeira Guerra Mundial, que ocorreu de 1914 a 1918, os abrigos tornaram-se o reduto de crianças com e sem deficiência, devido à necessidade das mulheres de garantir o sustento das famílias. Mesmo com o findar dos conflitos, as divergências políticas persistiram e o cenário da crise financeira instalou-se. No entanto, foram necessários que os cuidados e olhares se voltassem para a reabilitação de ex-militares e veteranos da guerra (GUGEL, 2015).

Em 1919, ano em que a paz foi consolidada, surgiu um órgão responsável pela reabilitação das pessoas para o trabalho, tendo como foco, inclusive, pessoas com deficiência: a Organização Internacional do Trabalho – OIT. Porém, a chegada da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) marcou a história pelas grandes barbaridades ocorridas, especialmente pelo terrível extermínio em massa de judeus, ciganos e pessoas com deficiência. Em nome da política da raça pura ariana, estima-se que tenham sido mortos 275 mil adultos e crianças com deficiência e outras 400 mil pessoas suspeitas de terem hereditariedade de cegueira, doenças mentais e surdez (GUGEL, 2015).

Com o findar da Segunda Guerra Mundial, o mundo precisou passar por uma reorganização generalizada. Em 1945, em Londres, foi criada a Organização das Nações Unidas – ONU, com o intuito de elaborar soluções para os problemas que assolavam o mundo. Seus temas principais consistiam em: ENABLE – Organização das Nações Unidas para Pessoas com Deficiência; UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura; UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância; e OMS – Organização Mundial da Saúde. Com a garantia dos direitos humanos, foi possível pensar o conceito de deficiência e criar legislações que promovessem sua participação e seus direitos (GUGEL, 2015).

Os avanços efetivos da legislação e suas configurações sobre os direitos da pessoa com deficiência fizeram com que os conceitos também sofressem mudanças. A busca por novas denominações configura o rompimento com as ideias de menos-valia, que fundamentavam o olhar sobre a deficiência até então. Termos como **inválido**, **aleijado** e **defeituoso** eram comuns no século XX, apontando como essas pessoas eram vistas pela sociedade. A utilização da expressão **pessoa deficiente** foi o primeiro passo em direção à mudança, sendo influenciada pelo Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), proclamado pelas Nações Unidas em 1981. A palavra **pessoa** foi inserida para evitar a coisificação e a desvalorização vinculadas às nomenclaturas pejorativas que eram usadas (LANNA JÚNIOR, 2010).

Já o termo **pessoas portadoras de deficiência** foi adotado na Constituição Federal de 1988, a partir da assessoria de conselhos, coordenações e associações aos seus documentos oficiais. Outras nomenclaturas, tais como **pessoas com necessidades especiais**, foram consideradas eufemistas, devido ao uso do adjetivo

especial, contribuindo para forjar uma categoria que não condizia com a luta pela inclusão, cujo objetivo era fazer com que pessoas com deficiência fossem consideradas cidadãs e não especiais. Pouco depois, a palavra **portador** também foi questionada, devido ao fato de passar a ideia de que a deficiência é algo que se porta e não uma característica da pessoa. Assim, o termo **pessoa com deficiência** começou a ser adotado contemporaneamente, demonstrando que a deficiência faz parte do corpo, o que humaniza a denominação e diminui o estigma a ela associado (LANNA JÚNIOR, 2010).

A Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID), concebida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1989, elucida que a deficiência se constitui por uma formação atípica ou perda de uma estrutura e/ou desempenho (do ponto de vista psicológico, anatômico ou fisiológico), assim como pela incapacidade ou restrição de uma função considerada normal, colocando o indivíduo em desvantagem diante da cultura (OMS, 2011).

No Relatório Mundial de Saúde, consta que a deficiência é multidimensional e apresenta características complexas e dinâmicas, necessitando uma abordagem equilibrada que alcance todos os aspectos e particularidades dentro da sua complexidade. Por isso, seu conceito ainda se encontra em definição, embora já existam colocações que enfatizam a influência da sociedade diretamente nas condições de pessoas com deficiência (OMS, 2011).

Com a implantação da Lei Federal nº.13.146 de 2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão, observa-se que os artigos 4º e 8º do capítulo 2 aludem à igualdade e à não discriminação:

Art 4º - Toda pessoa com deficiência tem o direito à igualdade de conquistas com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação [...].

Art 8º - É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habitação e reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e das outras normas que garantam seu bem estar pessoal, social e econômico (BRASIL, 2015).

As mudanças referentes ao olhar da sociedade para a deficiência e a implantação das diretrizes legislativas que garantem não só os direitos das pessoas com deficiência, mas também os deveres da sociedade em garantir a efetivação das leis, fazem com que seja necessário pensar nas práticas de inclusão dirigidas pelas formas de regimento presentes na cultura capitalista.

3 A BIOPOLÍTICA E A SEGURIDADE DA VIDA

Neste capítulo, são abordadas as formas de governamentalização sobre a vida individual e comunitária, entendidas como um regimento de controle social. O filósofo francês Michel Foucault (1999) salientou os princípios do poder sobre a vida a partir do século XVII, dividindo o processo em duas etapas principais, regulamentadas pela ética, as quais caracterizam dois polos de desenvolvimento que se relacionam. A primeira estabeleceu-se por meio da representação do corpo como uma maquinaria pronta para a utilidade e pela docilidade mediante um sistema de controle, assegurado por mecanismos de poderes disciplinares. A segunda etapa forjou-se a partir do século XVIII, centrando-se no corpo-espécie, ou seja, no corpo atravessado pela mecânica do ser vivo e encarado como alicerces dos processos biológicos, tais como mortalidade, natalidade, nível de saúde, qualidade de vida e longevidade. Esse movimento deu-se de forma variada e sob diferentes condições, de modo que seus procedimentos manifestaram-se por intermédio de uma série de intervenções e controles de regulamentações, ou seja, pela criação de uma biopolítica da população (FOUCAULT, 1999).

Foucault (2008a) descreveu a biopolítica como um regimento que se efetiva por meio de tecnologias de poder, fixadas no controle sobre a vida das pessoas e efetivadas através de normas, abarcando desde o nascimento até o dia a dia dos indivíduos. Assim, o filósofo esclareceu, no curso oferecido no College de France sobre o Nascimento da Biopolítica, que existem diferenças quanto ao significado de leis e normas. Enquanto a norma se ocupa da vida individual, a lei encabeça a vida social. Desta forma, a biopolítica passa a ter controle exclusivo sobre a vida da

população, o bem-estar social e as políticas de regimento e regulamentação acerca do investimento da vida.

Michel Foucault contribuiu com diversos temas sociais em seus estudos filosóficos, incluindo a construção do pensamento a respeito do poder sobre os corpos, sendo este um utensílio responsável pela fabricação de corpos dóceis (FOUCAULT, 1975). O filósofo traçou uma discussão a respeito do poder disciplinar em suas obras, dentre as quais se destaca o renomado **Vigiar e Punir**, no qual analisa a microfísica do poder. Essa tecnologia apresenta-se em diferentes modelos de instituições, que funcionam como mecanismos disciplinares, como, por exemplo, as escolas, os quartéis, os hospitais e as fábricas. Para Foucault (1975), os corpos dóceis são a consequência de um artifício denominado poder disciplinar, o qual tem a finalidade de padronizar e normalizar os corpos para responder a algum tipo de sistema constituído.

Os corpos dóceis são favoráveis ao modelo do sistema capitalista neoliberal em que vivemos, em que o corpo funciona como uma máquina, com finalidade de produção ininterrupta e à disposição para a fabricação constante de mercadorias. Ou seja, o corpo exerce um ofício cujo valor é atribuído à sua habilidade, tendo caráter funcional e ativo como produto útil. Nas palavras do autor, “[...] a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis [...]” (FOUCAULT, 1975, p.118).

Encontramos, em Foucault, considerações pertinentes a respeito desta descoberta em torno do corpo como objeto e alvo de poder. Conforme o filósofo, “[...] encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam [...]” (FOUCAULT, 1975, p.117).

Foucault fez menção ao livro **Homem Máquina** (1709-1751), cujas primeiras páginas foram escritas pelo filósofo René Descartes e que conta com a contribuição de demais médicos e pesquisadores oitocentistas. A obra foi edificada a partir de um compilado de regulamentações militares, escolares e hospitalares, permeada por processos empíricos, com o objetivo de corrigir as operações do corpo. Dessa forma, torna-se fundamental refletir a ideia do corpo como produto da sociedade, sobretudo no que diz respeito ao corpo com deficiência e como este se coloca no mundo. Como

salientou Foucault (1975, p.118) sobre o corpo dócil, “[...] tratava-se ora de submissão e utilização, ora de funcionamento e de explicação: Corpo útil e corpo inteligível”.

Destarte, o corpo dócil é o corpo passivo à dominação, obedecendo aos princípios da utilidade, da transformação e do aperfeiçoamento. Para o filósofo, seja qual for a cultura, os corpos são subjugados por poderes que os limitam e que, de alguma forma, lhes impõem obrigações e proibições, exercendo sobre eles algum tipo de controle (FOUCAULT, 1975).

Levando em conta as considerações anteriores, cabe destacar que Foucault (2008b) compreendia que a tecnologia disciplinar precedia de uma norma e, através da relação de regularidade produzida por ela, seria possível diferir o normal do anormal de forma universal. Nas sociedades disciplinares, por outro lado, é possível encontrar uma definição do normal em diferentes curvas da normalidade, sendo esta definida a priori, ou seja: em decorrência da normalização, define-se o que está dentro ou fora da compreensão do normal.

Conseqüentemente, compreende-se que é a partir do normal que são estabelecidos não só os critérios considerados normais, mas também aqueles mais favoráveis em relação aos demais. Esses parâmetros servem como um modelo para a norma, uma vez que, segundo Foucault (2008b, p.83), “o normal é que é primeiro, e a norma se deduz dele, ou é a partir desse estudo das normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório”. Portanto, trata-se de uma prática de normalização.

Lopes (2009), em seu estudo sobre os princípios de normalização e norma, destaca a influência gerada pelas teorias não só de Michel Foucault, mas também de Georges Canguilhem e François Ewald, responsáveis por elucidar que a norma condiz com a demanda de classificação, ordenamento e hierarquização, estabelecendo-se como uma forma de comparabilidade social. A norma opera em consonância com critérios estabelecidos pelos grupos sociais dominantes, que agem na tentativa de homogeneizar os indivíduos e operam como panorama prévio a partir do qual todos devem ser reproduzidos.

Guiada pela filosofia de Foucault, Lopes (2009) compreende e abrange as práticas que constituem as atuais políticas de inclusão, entendendo-as como concepções provenientes da modernidade deste mundo. Desta forma, a inclusão vem

sendo modificada, atualizada e ressignificada ininterruptamente, através dos regimentos globais.

A autora acrescenta, ainda, que é preciso entender que a inclusão emprega não apenas práticas governamentais do Estado sobre a população, como também práticas de subjetivação. A eficiência dessas duas práticas operacionais reside na frequente técnica de atualização da norma. Assim, a norma torna-se mais produtiva, uma vez que se forja, cada vez mais, nos meios contemporâneos de produção. Por conseguinte, a autora considera que “[...] decorrentes da norma, estão os conceitos de normalização; o primeiro é muito típico da modernidade e o segundo da contemporaneidade” (LOPES, 2009; p.362-363).

No mesmo estudo, Lopes (2009), especialista em educação especial, aprofunda-se na questão da inclusão como práxis da política de governamentalidade, defendendo a relevância das considerações foucaultianas não só para a inclusão no âmbito escolar, mas também em sua forma mais amplificada, para que os indivíduos vivenciem a lógica da inclusão em todos os seus comportamentos. Ainda acrescenta que é importante compreender a inclusão em sua totalidade, admitindo todas as suas práticas, a fim de contribuir para a formação da subjetividade dos indivíduos e possibilitar um olhar, para si e para os demais, sem obstáculos que demarquem os lugares de normalidade e de exclusão.

Sobre os procedimentos de normalização, Lopes (2009) esclarece que se trata de deslocar aqueles que não correspondem ao padrão para uma área de normalidade, naturalizando a presença dessas pessoas no contexto social e minimizando obstáculos e possíveis empecilhos para a participação nos espaços sociais. Para esse fim, tornam-se imprescindíveis estratégias que visem à normalização de irregularidades por parte da população.

No livro **O que é deficiência** (2007), Débora Diniz distingue o paradigma médico do social, baseando-se nos estudos do **Projeto Político da Teoria Social**, de Abberly (1997). De acordo com a autora, o conceito de normalidade pode ser admitido por seu caráter tanto biomédico e estatístico quanto social, sendo que este último se encontra embasado pela necessidade de um sujeito produtivo que atenda ao modelo capitalista. Ainda sobre o paradigma social, a autora destaca que a normalidade tem sido alvo constante de críticas, uma vez que os princípios de normalização têm servido

de parâmetro para as ações biomédicas sobre indivíduos com formações atípicas durante um longo período.

A respeito disso, Diniz (2007) acrescenta que há uma troca referente à lógica da causalidade da deficiência. Enquanto a medicina assegura que a deficiência acontece em decorrência de alguma formação atípica, a sociologia expõe os arranjos sociais discriminatórios direcionados às pessoas com deficiência. Logo, salienta que “[...] para o modelo médico, lesão levava a deficiência; para o modelo social, sistemas sociais opressivos levavam pessoas com lesões a experimentarem a deficiência” (DINIZ, 2007, p. 23).

Solomon (2012), por sua vez, elucida a ideia de que o modelo social da deficiência demanda uma mudança por parte da sociedade em sua maneira de fazer negócios, tendo como objetivo dar poder às pessoas com deficiências. Além disso, afirma que esses ajustes só serão realizados quando o poder legislativo aceitar a dor daqueles que vivem às margens. Ainda sobre a cultura dominadora, o autor afirma que muitas pessoas com deficiência garantem que a desaprovação social que vivenciam é muito pior do que a própria deficiência que os acomete, confirmando que o sofrimento parte da maneira pela qual são tratadas e vistas pela sociedade.

Além disso, é possível pensar no padrão corporal socialmente construído e o impacto dessa concepção sobre a forma como pessoas com deficiência são tratadas, como o capacitismo. Verdramin (2019) analisa o capacitismo como um pré-julgamento feito a respeito de PcDs, tomando sua condição corporal atípica como a única característica que as define e julgando-as, de forma imediata, como indivíduos menos capazes. Este movimento está relacionado à eugenia sofrida pelas pessoas com deficiência ao longo da história e às consequências da normalização dos corpos, que acompanha uma relação de insuficiência perante o social. A autora ainda afirma que o capacitismo se faz presente em situações sutis do dia a dia e no senso comum, relacionando a imagem da pessoa com deficiência a variados estigmas moldados perante a cultura.

Finalmente, Lopes (2013, p.83) advoga que as formas de inclusão atuam como vigorosos procedimentos biopolíticos, que incidem na segurança das populações, por intermédio da redução do risco social: “Em outras palavras, estar seguro na sociedade e na escola para que processos que afetam a sociedade não aconteçam ou ao menos,

sejam previstos e seus efeitos minimizados [...]”. Assim, considerando os fundamentos do regimento político e as noções rudimentares da inclusão, é válido refletir acerca de uma inclusão para além da acessibilidade, com o intuito de compreender a deficiência como geradora de subjetividade e potencialidade do sujeito. O entendimento das formas de operação do biopoder faz-se, portanto, extremamente importante para considerar e analisar como o modelo normalizador da nossa sociedade influencia diretamente a vida dos PcDs, afetando sua subjetividade.

4 A DEFICIÊNCIA E A PSICOLOGIA INDIVIDUAL DE ALFRED ADLER

Dentro da lógica social capitalista e capacitista, na qual a experiência de olhar para a deficiência se torna ora penosa, ora inspiradora, por ter como alvo um objeto de superação, é possível compreender uma busca de identidade para a categoria da deficiência, merecedora de ressignificação por parte da cultura que dicotomiza sua trajetória histórica. Nos estudos sobre as teorias da personalidade, Hall, Lindzey e Cambell (2007) defendem que a psicanálise freudiana e a teoria junguiana, articuladas entre os séculos XIX e XX, foram sustentadas pelo positivismo. Nelas, o indivíduo era visto como um complexo de energia que se perpetuava por meio de operações no mundo externo, tendo como finalidade a sobrevivência individual, a propagação da espécie e o desenvolvimento evolutivo. Assim, os processos psicológicos que organizam a personalidade responderiam a tais fins.

De acordo com a teoria evolutiva de Darwin, algumas personalidades estariam mais equipadas para a sobrevivência do que outras. Atentos a esse pensamento, Hall, Lindzey e Cambell (2007) confirmam que a psicologia acadêmica se apoderou dessa concepção, encarregando-se de mensurar as diferenças individuais e associá-las às capacidades de caráter adaptativo e funcional dos processos psicológicos.

Partindo da ideia darwinista da evolução, Hall, Lindzey e Cambell (2007) comentam que Adler foi além, ampliando suas ideias e desenvolvendo uma teoria pautada nas possibilidades de ser do indivíduo. Com seu desligamento do movimento psicanalítico, devido ao fato de seus interesses serem direcionados ao desenvolvimento da personalidade sob o ponto de vista social, Adler focou seus estudos nas capacidades adaptativas à vida no meio social.

Alfred Adler foi o médico pioneiro da Psicologia Individual, enfatizando o indivíduo em sua totalidade e levando em consideração sua inserção em um sistema social. Os principais elementos que constituem sua teoria são: o modelo holístico; o estilo de vida do indivíduo; o interesse social e o sentimento de comunidade. Seus estudos ressaltam as influências sociais sobre cada indivíduo, assim como o senso de comunidade e cooperação (HALL; LINDZEY; CAMBELL, 2007).

A teoria adleriana sugere que os primeiros anos de vida de uma criança são constituídos, naturalmente, pelo sentimento de inferioridade, possibilitando a formação de um sentido social. Entretanto, uma vez que este processo ocorre de forma irregular, o indivíduo pode apresentar uma possível evolução para casos psicopatológicos (ADLER, 1928).

Adler (1928) definiu a neurose como estrutura de base para a vontade de poder e para a luta pela superioridade, incidindo na vida do indivíduo a partir do momento em que este passa a processar sua existência. O conjunto teórico adleriano sobre o desenvolvimento saudável e os processos psicopatológicos da personalidade foi intitulado como Psicologia individual.

Para Hall, Lindzey e Cambell (2007), é importante ressaltar que Adler entende como superioridade o que se refere à busca pela plenitude do ser a partir de uma grande pulsão ascendente, conceito semelhante ao de self, elaborado por Carl Jung na psicologia analítica. Os autores afirmam, ainda, que as definições de Adler supõem o self criativo como um fenômeno governante da estrutura da personalidade. Ele indica uma manifestação sobre os acontecimentos do mundo que transpassam o sujeito, de forma a refletir em sua personalidade subjetiva, dinâmica e pessoal. O self criativo é o princípio ativo da vida humana e é a partir dele que se constituem as metas e seus procedimentos.

O foco dos estudos de Adler esteve voltado para a singularidade de cada indivíduo e aquilo que o distingue dos outros. Desta forma, a singularidade é modelada de forma constante, em especial através das relações sociais e do ambiente em que o indivíduo está inserido (ADLER, 1928).

Segundo Hall, Lindzey e Cambell (2007), Alfred Adler expôs pela primeira vez, em sua monografia de 1907, a ideia de que as formações atípicas no organismo afetam, de maneiras diferentes, cada indivíduo. Tendo como principal interesse os

estudos voltados aos processos fisiológicos, percebeu que indivíduos que apresentavam algum tipo de vulnerabilidade orgânica grave buscavam, com frequência, compensá-las e, deste modo, o órgão atípico tornava-se vigorosamente desenvolvido, por meio de treinos e exercícios, transformando-se em força e habilidade para este indivíduo.

Em sua obra, o médico concluiu que, sob uma perspectiva natural, o homem é um organismo inferior e, em seu espírito, atua de forma constante um sentimento de insegurança, que serviria como um estímulo permanente e ferramenta para a descoberta de novos e apurados modos de adaptação à natureza. Estes estímulos levam o indivíduo a procurar situações nas quais essas desvantagens possam ser reduzidas ao mínimo (ADLER, 1928).

Adler (1928) salientou que os métodos usados para julgamento de um indivíduo se baseiam em critérios de valores do próprio indivíduo ao ser comparado ao seu semelhante, os quais correspondem a uma idealização do homem perfeito, capaz de desempenhar tarefas, obter êxito frente às dificuldades e desenvolver alto grau de sociabilidade.

Nossa cultura é norteada por critérios de adequação de órgãos plenamente desenvolvidos. A criança que apresenta alguma formação atípica em um de seus órgãos importantes encontra-se em circunstâncias desfavoráveis em relação às resoluções de seus problemas. Deste modo, o médico afirmou que “[...] é natural que as leis fixas da sociedade humana não possam ser bem compreendidas por essas criaturas tão mal equipadas para a vida” (ADLER, 1928, p. 52- 53).

No que diz respeito ao desenvolvimento infantil, Hall, Lindzey e Cambell (2007) ressaltam que Adler identificou três circunstâncias que colaboram para o isolamento e o desinteresse social: inferioridade orgânica, superproteção e rejeição. Tais circunstâncias podem levar a criança a desenvolver um estilo não cooperativo. Por essa razão, crianças com enfermidades constantemente fogem de interação social, devido ao sentimento de inferioridade e ao fato de se sentirem incapazes de realizar atividades de cunho competitivo.

Alfred Adler (1928) assegurou que esses indivíduos tendem a perceber com desconfiança as oportunidades oferecidas, isolando-se e se desvencilhando da participação em qualquer atividade social. Conseqüentemente, desenvolvem um alto

senso de hostilidade perante a vida, voltando seu olhar para o lado mais sombrio da existência, sem conseguir perceber o lado mais vivo e mais positivo de estar no mundo.

O escritor e estudioso Solomon (2012) ratifica a retórica de Adler acerca da relação do indivíduo com o próprio corpo. Segundo o autor, aceitar a si mesmo faz parte do ideal, mas, sem a aceitação da família e da sociedade, o indivíduo não é capaz de amenizar as injustiças a que as pessoas com deficiência estão sujeitas ao longo da vida. Complementa, ainda, que somente isso não é suficiente para provocar as mudanças adequadas.

A Psicologia Individual de Adler (1928) contribuiu para a criação de uma metodologia que considera o sujeito como um verdadeiro sistema de relações, sendo ele fruto do esforço desempenhado na busca pelo alcance de sua potencialidade como indivíduo, a qual traduz, sobretudo, sua própria forma de se enxergar no mundo.

O médico discorreu a respeito das adversidades da vida em sociedade e dos esforços de caráter compensatório, utilizados pelos indivíduos em busca de aperfeiçoar os objetivos e os fundamentos de sua existência. A interpretação feita pela criança acerca do juízo de inferioridade modifica-se ao longo da vida, até que, finalmente, solidifica-se. Desta forma, caso ela apresente uma autoestima definida, transforma-se em uma constante de automotivação, representada pelas tendências compensatórias que a criança cria para sair de sua condição de inferioridade (ADLER, 1928).

Adler reforçou, ainda, que esta batalha pela compensação, cujo intuito consiste em neutralizar a angústia gerada pela inferioridade, corresponde também a uma luta de caráter orgânico, em que sobressai o corpo do sujeito, já que este também busca uma maneira de compensação. O sujeito, em contato com a sensação de inferioridade que lhe causa angústia, busca, de todas as formas, prevalecer sobre o que o autor denominou como complexo de inferioridade (ADLER, 1928).

Na medida em que a sensação de inferioridade sobressai em relação aos mecanismos de compensação, surge o alerta para a necessidade de uma supercompensação. Nesse sentido, é necessário voltar a atenção para a busca pela dominação, que pode se tornar patológica, já que sua ação se torna penosa e exagerada (ADLER, 1928).

Stefano Calicchio (2021) acrescenta, em seus estudos sobre a teoria da superioridade, que o exagero deste sentimento reflete nas atitudes de cunho cooperativo do indivíduo, o qual pode desenvolver comportamentos patológicos, uma vez que o neurótico faz uso de estratégias embasadas no ego para a resolução de problemas. O autor reforça, ainda, a ideia concebida pelo pai da Psicologia Individual, segundo o qual os órgãos e, em geral, os corpos dos seres humanos não são perfeitos, cabendo a cada um seguir seu caminho de desenvolvimento natural e individual.

Desta forma, com a normalização e a docilidade dos corpos, tal qual argumentados pelo filósofo Michel Foucault, o sentimento de inferioridade, proposto por Alfred Adler, instala-se no indivíduo, na medida em que este busca corresponder às medidas de normalização impostas pela sociedade capitalista, que necessita da docilidade dos corpos para a produção em massa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, foi possível constatar que é preciso considerar todas as formas de opressão ainda existentes em nossa sociedade, além de perceber as minúcias das contribuições das ações legislativas e culturais, com o objetivo de compreender, de fato, quais são os obstáculos existentes no que diz respeito ao entendimento da deficiência enquanto parte individual do ser humano. O modelo capitalista contribui para a exigência da normalização, traçando, principalmente, discursos acerca da normalidade, sem admitir a diversidade da existência humana. Pensar em inclusão social requer revisar nossa história com senso crítico, a fim de traçar novos caminhos que permitam ressignificar a deficiência física e superar os estigmas negativos e os estereótipos pejorativos a ela associados ao longo dos séculos.

É imprescindível pensar em uma inclusão para além da acessibilidade física, admitindo a deficiência como símbolo de resistência e da presença de uma característica que contribui para a própria existência no mundo. Deve-se, assim, desvinculá-la da ideia de superação de algo indesejável e de incapacidade. Como bem argumentado por Adler, a busca pela supercompensação do sentimento de inferioridade traz consigo consequências severas e danosas ao indivíduo. Por outro

lado, a busca pelo self criativo permite a reflexão a respeito da própria personalidade, proporcionada pelo olhar de potência para as diferenças.

Pensar no corpo somente como meio de produção, traçando limitações para todos aqueles que não fazem parte do padrão estabelecido pela norma, revoga o direito do indivíduo de instituir seus próprios desejos, aspirações, vontades e conquistas, tanto internas quanto externas. É possível observar que o modelo capitalista contribui para a distorção de valores de julgamento sobre as pessoas que não são consideradas aptas para o seu fortalecimento. Da mesma forma, a política da normalização, que recai sobre o sujeito que não se inclui no padrão, contribui para a avaliação de cunho depreciativo dos deficientes físicos.

Ao compreender o sujeito como um conjunto das suas relações consigo próprio e a comunidade, torna-se possível o vislumbre da sua potencialidade como indivíduo, sobretudo no que diz respeito às suas próprias formas de se enxergar no mundo. A diversidade existe de tantas formas, e com tantas possibilidades, que viver em sociedade demanda revisar e adotar novas formas de visibilidade para a pessoa com deficiência física.

No entanto, é preciso pensar, sobretudo, no que é perdido por esses indivíduos em busca da necessidade de se encaixar nos padrões, ceder ao modelo normalizador e buscar compensações para aquelas características que diferem do que é considerado normal, processo que, dentro da nossa sociedade, faz-se de maneira opressora e preconceituosa.

REFERÊNCIAS

- ADLER, A. **A Ciência da Natureza Humana**. São Paulo: Nacional, 1928.
- CALICCHIO, S. **Alfred Adler e Psicologia Individual no novo milênio: Estratégias, princípios e modelos operacionais na base do pensamento do fundador da Psicologia Individual**. Editora: Stefano Calicchio, 2021.
- DICHER, M.; TREVISAM, E. A jornada histórica da pessoa com deficiência: inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana. In: **XXIII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI)**, João Pessoa, 2015. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=572f88dee7e2502b>> . Acesso em: 20 abr. 2022.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1975.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. 13 ed. Rio de Janeiro (RJ): Edições Graal Ltda., 1999.

FOUCAULT, M. **O Nascimento da Biopolítica**: curso dado no College de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GRIBOSKI, Claudia et al. Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) In: **Ministério da Educação** .[S.l.],2013.Disponível em: <<https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2016/04/proavi-referenciais-de-acessibilidade-parte-i.pdf>> Acesso em: 03 jun. 2022

GUGEL, M. A. A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. In: **Obra Jurídica**, Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php> Acesso em: 19 mai. 2022.
HALL, C.; LINDZEY, G; CAMPBELL, J. **Teorias da Personalidade**. São Paulo: ARTMED, 2007.

LANNA JÚNIOR. M. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LOPES, M. **Inclusão & educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LOPES, M. Políticas de inclusão e governamentalidade. In: **Educação & Realidade**, v.34, n.2, p. 153-169, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial Sobre a Deficiência**. São Paulo: 2011.Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf;sequence=4>. Acesso em: 16 mai. 2022.

SILVA, M. O. da. **A Epopeia Ignorada**: a pessoa com deficiência na história de ontem e de hoje. São Paulo: Cedas, 1987.

SOLOMON, A. **Longe da Árvore**: pais, filhos e a busca da identidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VENDRAMIN, C. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. In: **Simpósio Internacional Repensando Mitos Contemporâneos**, 2019. Disponível em: <<https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/simpac/article/view/4389/439>>. Acesso em: 15 abr. 2022 .